

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA**Texto 01 para as questões de 01 a 05.**

As histórias de Recife e Olinda possuem uma série de intersecções. Um dos maiores símbolos desses encontros é a data de aniversário compartilhada. Neste domingo (12), a capital pernambucana e a Marim dos Caetés celebram 486 e 488 anos, respectivamente.

Por quase cinco séculos, as duas percorreram uma trajetória de insurreições, presenciaram o desenvolvimento de um vasto arcabouço cultural e, sobretudo, assistiram à formação de um povo forte, que resiste, como pode, aos contrastes intrínsecos à vida metropolitana.

À medida que as duas cidades cresceram, as dimensões da relevância de Recife e Olinda na formação do Brasil passaram a ser notadas. As irmãs – que possuíram, em diferentes momentos históricos, o título de capital do estado de Pernambuco – estão entre as seis cidades mais antigas do país, sendo Recife a mais velha entre as capitais estaduais.

Mas de onde vem essa inclinação ao ato de resistir? Um dos caminhos para compreender o que justifica esse traço presente na essência dos moradores das cidades-irmãs implica uma volta no tempo. A longevidade, de acordo com o historiador George Félix Cabral de Souza, é uma característica que abriu espaço para um sentimento de identificação e potencializou movimentos de contestação aos poderes centrais.

“Os movimentos de resistência aos poderes centrais são reflexos de uma população que tem raízes muito antigas. Em 1817, ano da Revolução Pernambucana, por exemplo, o estado já era ocupado há quase 300 anos, o que resultou numa população muito arraigada à sua terra. Quando isso se mistura ao pensamento iluminista, característico do século XIX, você tem uma grande explosão de contestação. Tudo isso gerou um sentimento forte de identificação, afirmação identitária, um bairrismo que virou característica”, explica Cabral de Souza, que é professor e pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP).

“Outro ponto importante são os conflitos com os holandeses que aconteceram nas duas cidades no século XVII. Alguns historiadores acreditam que, se não fosse a vitória dos pernambucanos no conflito, a formação de um país de dimensões continentais, como é o Brasil, não seria viável por causa dessa ruptura”, completa.

O que explica a data de aniversário compartilhada?

Apesar de dividirem a mesma data de aniversário, o dia 12 de março, Recife e Olinda não nasceram no mesmo dia. Segundo o pesquisador George Félix Cabral de Souza, trata-se de uma convenção que, no fim das contas, aproximou ainda mais as duas cidades.

“A data de fundação que nós comemoramos hoje foi convencionada por um grupo de historiadores em 1960. Isso foi definido a partir de um documento, o Foral de Olinda*, que é um documento datado de 12 de março de 1537 que possui uma menção ao ‘recife dos navios’; essa data ficou definida como a fundação do Recife. Dois anos antes, em 12 de março de 1535, definiu-se como a data de fundação de Olinda”, conta o pesquisador, ressaltando que a definição não foi consenso entre os historiadores da época.

Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/olinda-e-recife-uma-historia-de-resistencias-e/261462/> Acesso em 20/09/2024.

01. Do segmento “As histórias de Recife e Olinda possuem uma série de intersecções”, extrai-se que

- A) as histórias de Olinda e Recife apresentam escassos pontos de convergência.
- B) entre Recife e Olinda, inexistem pontos em comum.
- C) Recife e Olinda divergem, no tocante a suas histórias, em diversos segmentos sociais e econômicos.
- D) existem vários pontos de convergência em relação às histórias de Olinda e Recife.
- E) raras intersecções são percebidas entre as histórias sobre as cidades de Olinda e Recife.

02. Observe o fragmento de texto abaixo e os termos nele destacados:

“Tudo isso gerou um sentimento forte de identificação, afirmação IDENTITÁRIA(1) um bairrismo que virou CARACTERÍSTICA”(2).

Em que alternativa abaixo, a dupla de termos é acentuada seguindo as mesmas regras gramaticais dos termos acima destacados?

- A) (1) Caetés; (2) Resistência.
- B) (1) Aniversário; (2) País.
- C) (1) Vitória; (2) Século.
- D) (1) Título; (2) Históricos.
- E) (1) Época; (2) Viável.

03. Assinale a alternativa na qual os termos destacados em maiúscula são exemplo de Regência Nominal.

- A) "...que resiste, como pode, aos contratempos intrínsecos À VIDA METROPOLITANA."
 B) "...e, sobretudo, assistiram À FORMAÇÃO DE UM POVO FORTE..."
 C) "...o que resultou NUMA POPULAÇÃO MUITO ARRAIGADA À SUA TERRA."
 D) "...Recife e Olinda não nasceram NO MESMO DIA."
 E) "A data de fundação que nós comemoramos hoje foi convencionada POR UM GRUPO DE HISTORIADORES..."

04. Observe os itens abaixo:

- | |
|--|
| <p>I. "...e, sobretudo, assistiram à formação de um povo forte, que resiste, como pode, aos contratempos intrínsecos à vida metropolitana." II. "À medida que as duas cidades cresceram, as dimensões da relevância de Recife e Olinda na formação do Brasil passaram a ser notadas."</p> |
|--|

Sobre o emprego da Crase, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Tanto no item I como no II, a crase é facultativa.
 B) No item I, a primeira crase é facultativa.
 C) No item II, a crase não é facultativa.
 D) No item I, a segunda crase é facultativa.
 E) Apenas no item I, a primeira e a segunda crase são facultativas.

05. Em qual das alternativas abaixo, o verbo NÃO pede complemento regido de preposição?

- A) "...e, sobretudo, assistiram à formação de um povo forte..."
 B) "...o que resultou numa população muito arraigada à sua terra."
 C) "Quando isso se mistura ao pensamento iluminista..."
 D) "...trata-se de uma convenção..."
 E) "...você tem uma grande explosão de contestação."

06. Reportagens, biografias, listas de compras, anúncios de classificados são exemplos de textos

- A) narrativos.
 B) descritivos.
 C) injuntivos.
 D) argumentativos.
 E) expositivos.

Texto 02 para as questões de 07 a 09.**LIDANDO COM O TEMPO OU ADMINISTRANDO O TEMPO**

Muito antes de Albert Einstein e da Teoria da Relatividade, já conhecíamos a característica relativa do tempo. Quem nunca sentiu na pele o quanto demora a se concretizar algo que almeja muito ou quão fugaz não foi um evento em que se estava cercado de pessoas queridas?

Quer ser uma pessoa de sucesso? Aprenda a lidar com o tempo e a administrá-lo. Vale a pena mencionar um excelente texto de Raduan Nassar: "O tempo é o maior tesouro de que um homem pode dispor. Não tem começo nem fim. Onipresente, o tempo está em tudo. Existe tempo nas cadeiras onde sentamos, nos móveis da família, nas paredes, na água que bebemos(...)

Rico só é o homem que aprendeu, piedoso e humilde, a conviver com o tempo, aproximando-se dele com ternura, não contrariando suas disposições, não se rebelando contra seu curso, não irritando sua corrente, estando atento para seu fluxo, brindando antes com sabedoria para receber dele os favores e não a sua ira.

(...)

Na conta do tempo, não pode deixar de haver espaço para o lazer, para a atividade física e para exercitar a sua fé."

DOUGLAS, William. *Sabedoria para Vencer*. 2021. p.141-142.

07. Em qual das alternativas abaixo, existe uma mensagem NÃO declarada no texto 02?

- A) Anteriormente a Albert Einstein e à Teoria da Relatividade, já se tinha consciência quanto à característica relativa do tempo.
 B) O tempo é fator essencial para se atingir o sucesso.
 C) Segundo Nassar, o tempo é de pouca valia na vida humana.
 D) O homem precisa priorizar, em seu tempo, momentos para o lazer, para atividade física e para o exercício da fé.
 E) Considera-se rico aquele que sabe conviver bem com o tempo em sua vida.

08. Em: “O tempo é o maior tesouro de que um homem pode DISPOR.”, o verbo destacado em maiúscula

- A) não pede complemento.
 B) pede dois complementos, um regido de preposição e o outro sem preposição.
 C) pede apenas um complemento e este não vem regido de preposição.
 D) pede apenas um complemento e este vem regido de preposição.
 E) tem como um de seus complementos “um homem”.

09. No tocante à Acentuação, analise os itens abaixo, observando os termos destacados em maiúscula:

- | | |
|-------------|--|
| I. | “...já conhecíamos a CARACTERÍSTICA relativa do tempo.” |
| II. | “... nos MÓVEIS da família...” |
| III. | “... e para exercitar a sua FÉ. ” |
| IV. | “...para a atividade FÍSICA e para exercitar a sua fé.” |

Em que item(ns), a tonicidade do termo (s) destacado(s) recai na penúltima sílaba?

- A) Apenas no II.
 B) Apenas no I e no IV.
 C) Apenas no III.
 D) Apenas no II e no IV.
 E) Apenas no III e no IV.

Texto 03 para a questão 10.

A Polícia Militar encontrou, na manhã dessa 4ª feira, o corpo da vítima. Ela era gorda, de meia altura, olhos castanhos e cabelos curtos e loiros.

Disponível em: <https://www.google.com/search?q=exemplos+de+textos+Acesso+em+08+de+outubro+de+2024>.

10. Sobre o texto 03, é CORRETO afirmar que se trata de um texto

- A) descritivo.
 B) injuntivo.
 C) narrativo.
 D) expositivo.
 E) argumentativo.

ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**11. O Decreto Federal n. 1.171, de 22 de junho de 1994, aprovou o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.**

Assinale a assertiva abaixo que NÃO indica conduta vedada ao servidor público por este decreto:

- A) alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências.
 B) apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
 C) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister.
 D) abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.
 E) prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam.

12. Decreto Federal n. 1.171, de 22 de junho de 1994, veicula importantes normas éticas para a orientação das condutas do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Analise as assertivas abaixo:

- I.** A integração da moralidade administrativa ao Direito constitui contrapartida a remuneração do servidor público, que é custeada pelos tributos pagos direta e indiretamente por todos, até por ele próprio.
- II.** Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação.
- III.** A função pública deve ser tida como exercício profissional, mas não deve interferir na vida particular do servidor público. Neste sentido, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada não poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.
- IV.** Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

Considerando-se as disposições do Decreto Federal n. 1.171, de 22 de junho de 1994, devem ser consideradas corretas as assertivas:

- A) I, II e III, apenas.
 B) I, II e IV, apenas.
 C) I, III e IV, apenas.
 D) II, III e IV, apenas.
 E) I, II, III e IV.

13. O Decreto Federal n. 1.171, de 22 de junho de 1994, regulamenta a atuação das Comissões de Ética no âmbito da Administração Pública Federal. No que diz respeito às competências das Comissões de Ética, conforme o referido Decreto, é INCORRETO afirmar que:

- A) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.
- B) À Comissão de Ética incumbe fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.
- C) A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de advertência, censura, suspensão ou demissão; e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.
- D) Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.
- E) Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta implementarão, em sessenta dias, as providências necessárias à plena vigência do Código de Ética, inclusive mediante a Constituição da respectiva Comissão de Ética, integrada por três servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente. A constituição da Comissão de Ética será comunicada à Secretaria da Administração Federal da Presidência da República, com a indicação dos respectivos membros titulares e suplentes.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**14. Levando em consideração os preceitos contidos na Lei Orgânica do Município de Olinda, assinale a assertiva abaixo que NÃO corresponde a uma competência privativa do Município de Olinda:**

- A) proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os documentos e as paisagens de sítios históricos.
- B) legislar sobre assuntos de interesse local.
- C) estabelecer o itinerário, os locais de estacionamento, os pontos de paradas, e fixar as tarifas dos transportes coletivos, inclusive de táxis.
- D) fiscalizar, nos locais de venda ao consumidor, a veracidade de peso e medida, anunciados no produto e as condições sanitárias dos órgãos.
- E) interditar edificações em ruínas ou em condições de insalubridade e fazer demolir construções que ameacem ruir.

15. Analise as assertivas abaixo sobre as reuniões da Câmara Municipal de Olinda:

- I.** É vedada a indenização de reuniões extraordinárias, convocadas em quaisquer das formas previstas na Lei Orgânica do Município de Olinda, no Regimento Interno da Câmara Municipal de Olinda e em qualquer outra legislação que regule a espécie.
- II.** A Câmara Municipal poderá reunir-se, extraordinariamente, apenas quando convocada por 2/3 (dois terços) de seus membros.
- III.** Não poderá ser realizada mais de uma reunião ordinária por dia. Mas, quando convocada pelo Prefeito ou pelo Presidente da Câmara Municipal, com antecedência de 03 (três) dias, admitir-se-á a realização de mais de uma reunião extraordinária no mesmo dia.
- IV.** As reuniões da Câmara somente poderão ser abertas com a presença de no mínimo 1/3 dos Vereadores.

Estão CORRETAS as assertivas:

- A) I, II, III e IV.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I e IV, apenas.

16. Assinale abaixo a assertiva que não corresponde a uma das atribuições do Prefeito nos termos da Lei Orgânica do Município de Olinda:

- A) autorizar a celebração de convênios com entidades de direito privado, que decorram às expensas de recursos financeiros, materiais e humanos para o Município.
- B) permitir ou autorizar o uso de bens municipais, por terceiros.
- C) desenvolver o sistema viário do Município.
- D) prover os serviços e obras da administração pública.
- E) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara.

17. Assinale a assertiva abaixo que NÃO corresponde a hipótese de vedação de instituição de impostos pela Lei Orgânica do Município de Olinda:

- A) instituir imposto sobre patrimônio ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.
- B) instituir imposto no mesmo exercício financeiro, em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- C) instituir imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia.
- D) instituir imposto sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.
- E) instituir imposto em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentados.

18. Considerando as prescrições da Lei Complementar Municipal n. 01/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Olinda) em relação às férias dos servidores, assinale a afirmativa INCORRETA:

- A) As férias do servidor estudante ou professor, serão preferencialmente concedidas nos meses que coincidam com as férias escolares.
- B) Os servidores membros da mesma família tem direito de gozar férias no mesmo período, desde que não resulte prejuízo para o serviço.
- C) Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos doze meses de exercício.
- D) Sempre que as férias não forem concedidas dentro do prazo de doze meses após cada período aquisitivo, o servidor fará jus a contagem em dobro para efeito de aposentadoria, mas não poderá gozá-las cumulativamente com as férias de outro exercício.
- E) O servidor fará jus, anualmente, a trinta dias consecutivos de férias, podendo ser gozadas em dois períodos iguais de quinze dias no mesmo ano, um dos quais poderá ser convertido em espécie.

19. Analise as assertivas abaixo em relação aos requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal de Olinda:

- | | |
|-------------|---|
| I. | ter idade mínima de dezoito anos. |
| II. | estar no gozo dos direitos políticos. |
| III. | ter nacionalidade brasileira ou equiparada. |
| IV. | ter residência fixa no Município de Olinda. |

Nos termos da Lei Complementar Municipal n. 01/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Olinda), é CORRETO elencar entre os requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal de Olinda:

- A) I, II e III, apenas.
 B) II, III e IV, apenas.
 C) I, III e IV, apenas.
 D) I, II, III e IV.
 E) I e II, apenas.

20. Em relação às formas de provimento de cargo público no Município de Olinda, segundo a Lei Complementar Municipal n. 01/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Olinda), é INCORRETO afirmar que:

- A) a nomeação será feita em caráter efetivo, quando se tratar de cargo de carreira; e será em comissão, quando se tratar de cargo que, em virtude de lei, seja de livre nomeação ou exoneração, satisfeitos os requisitos legais e regulamentares.
 B) a reversão é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica, sem acarretar redução no seu vencimento.
 C) a transferência é a passagem do funcionário para cargo de carreira de mesma denominação, classe e vencimento, pertencente a quadro de pessoal de um para outro órgão, no âmbito da administração direta, autarquias e fundações.
 D) a promoção se dará no cargo de carreira por merecimento e antiguidade, alternativamente e a intervalos não superiores a dez anos.
 E) a reintegração é o reingresso no serviço público, por efeito de decisão administrativa ou judicial, do servidor indevidamente demitido ou exonerado, sem ressarcimento pelo município dos prejuízos decorrentes do afastamento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Analise as assertivas abaixo acerca da nacionalidade brasileira:

- | | |
|-------------|--|
| I. | São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país. |
| II. | São brasileiros natos os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira; |
| III. | São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira. |
| IV. | São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer um deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil. |

Tendo em vista a Constituição Federal de 1988, estão CORRETAS

- A) I, III e IV, apenas.
 B) I e II, apenas.
 C) II, III e IV, apenas.
 D) I e IV, apenas.
 E) II e III, apenas.

22. Assinale a alternativa INCORRETA em relação às hipóteses de alistamento eleitoral e voto, conforme preceitua a Constituição Federal.

- A) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos.
 B) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para analfabetos.
 C) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
 D) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
 E) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de 65 anos.

23. Em relação aos direitos políticos assegurados pela Constituição Federal de 1988, assinale a assertiva INCORRETA.

- A) o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente. Neste sentido, resta impedida a terceira eleição de cidadão que exerce dois mandatos consecutivos como Prefeito de determinado Município, posto que não poderá concorrer a terceira eleição não apenas no mesmo Município, mas em relação a qualquer Município da Federação.
- B) a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. Esta garantia se aplica ordinariamente aos membros do Poder Legislativo nos procedimentos de votação parlamentar, onde deve ser assegurado o sigilo nas deliberações parlamentares.
- C) para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito. Em razão disto, deve-se considerar que o Presidente da Câmara Municipal que substituiu ou sucedeu o Prefeito nos seis meses anteriores ao pleito é inelegível para o cargo de Vereador.
- D) são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição. Tal inelegibilidade não é afastada em relação ao cônjuge do titular de tais mandatos eletivos se a dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal ocorrer no curso do mandato.
- E) serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 (noventa) dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos. As manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas a tais consultas populares ocorrerão durante as campanhas eleitorais, sem a utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão.

24. Conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que NÃO corresponde à hipótese de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

- A) Legislar sobre trânsito e transporte.
- B) Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
- C) Preservar as florestas, a fauna e a flora.
- D) Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
- E) Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

25. Analise as assertivas abaixo sobre a disciplina constitucional da política urbana.

- | | |
|-------------|--|
| I. | A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. |
| II. | A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. |
| III. | As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas sempre com prévia e justa indenização em dinheiro. |
| IV. | O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de cem mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. |

Considerando os preceitos constitucionais em matéria de política urbana, estão CORRETAS

- A) I, II e III, apenas. B) I e II, apenas. C) III e IV, apenas. D) II, III e IV, apenas. E) I, II, III e IV.

26. Tendo em vista o regime jurídico dos bens públicos, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.
- B) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.
- C) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens da União.
- D) Os bens públicos dominicais, de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- E) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

27. A desapropriação é um dos meios de intervenção do Estado na propriedade. Analise as assertivas abaixo sobre o tema:

- I.** Legislar sobre desapropriação é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- II.** A propriedade produtiva, e a pequena e média propriedade rural são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária.
- III.** As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão desapropriadas mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.
- IV.** São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

Estão CORRETAS

- A) II, III e IV, apenas. B) II e IV, apenas. C) I, III e IV, apenas. D) III e IV, apenas. E) I, II, III e IV.

28. Nos termos da Lei de Licitações e contratos administrativos (Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021), NÃO é correto afirmar que se trata de regra a ser observada no processo licitatório:

- A) Os atos praticados no processo licitatório são públicos, ressalvadas as hipóteses de informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma da lei.
- B) Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis.
- C) É imprescindível no processo licitatório que os licitantes submetam documentos oficiais apenas com reconhecimento de firma.
- D) A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
- E) Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.

29. Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE a sequência de fases a ser observada no processo de licitação, segundo a Lei de Licitações e contratos administrativos (Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021):

- A) de divulgação do edital de licitação; preparatória; de apresentação de propostas e lances (quando for o caso); de julgamento; de habilitação; recursal; e de homologação.
- B) preparatória; de divulgação do edital de licitação; de apresentação de propostas e lances (quando for o caso); de habilitação; de julgamento; recursal; e de homologação.
- C) preparatória; de divulgação do edital de licitação; de apresentação de propostas e lances (quando for o caso); de julgamento; de habilitação; recursal; e de homologação.
- D) preparatória; de divulgação do edital de licitação; de apresentação de propostas e lances (quando for o caso); de julgamento; de habilitação; de homologação; e recursal.
- E) de divulgação do edital de licitação; de habilitação; preparatória; de apresentação de propostas e lances (quando for o caso); de julgamento; recursal; e de homologação.

30. Considerando o regramento previsto na Lei de Licitações e contratos administrativos (Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021), assinale a alternativa abaixo que NÃO corresponde à modalidade de licitação.

- A) Concurso.
- B) Diálogo competitivo.
- C) Leilão.
- D) Concorrência.
- E) Convite.

31. Analise as assertivas abaixo e assinale a que NÃO corresponde a uma espécie de pessoa jurídica de direito público interno.

- A) A União.
- B) O Distrito Federal e os Territórios.
- C) Os Estados.
- D) As Câmaras de Vereadores.
- E) As Autarquias, inclusive as associações públicas.

32. Analise as afirmativas abaixo acerca do instituto da desconsideração da personalidade jurídica:

- | | |
|-------------|--|
| I. | Para fins de desconsideração da personalidade jurídica, considera-se desvio de finalidade a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza. Para a caracterização do desvio de finalidade, basta a comprovação da mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica. |
| II. | A mera existência de grupo econômico autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica. |
| III. | Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso. |
| IV. | Para fins de desconsideração da personalidade jurídica, entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa. |

Está **INCORRETO** o que se afirma em

- A) I e II, apenas. B) I, II, III e IV. C) II e III, apenas. D) II, III e IV, apenas. E) I, II e III, apenas.

33. Sobre prescrição e decadência à luz do Código Civil brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumir; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.
- B) É nula a renúncia à decadência convencional ou fixada em lei.
- C) A interrupção da prescrição por um dos credores solidários aproveita aos outros; assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros.
- D) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- E) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.

34. Analise as afirmativas abaixo sobre a posse e seus efeitos:

- | | |
|-------------|--|
| I. | A posse pode ser adquirida por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação. |
| II. | O possuidor de má-fé tem direito às despesas da produção e custeio dos frutos colhidos e percebidos, desde o momento em que se constituiu de má-fé. |
| III. | O possuidor de má-fé tem direito a indenização das benfeitorias necessárias e poderá exercer o direito de retenção pelo valor de tais benfeitorias. |
| IV. | O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo; os atos de defesa, ou de desforço, não podem ir além do indispensável à manutenção ou restituição da posse. |

Levando-se em consideração as regras do Código Civil sobre a posse e seus efeitos, está **INCORRETO** o que se afirma em

- A) III, apenas. B) III e IV, apenas. C) I, II e IV, apenas. D) II e IV, apenas. E) I e III, apenas.

35. Considere a seguinte situação hipotética: Luciana e Cláudio foram casados durante 20 anos e são pais de Claudinho, estudante de 15 anos. Por ocasião do divórcio, Luciana e Cláudio celebraram acordo estabelecendo regime de guarda compartilhada, devidamente homologado em juízo. Em determinado final de semana, quando se encontrava na companhia de seu pai, Claudinho usou de sua rede social para fazer postagem de cunho racista contra um dos professores da rede municipal. A secretaria municipal de educação busca você, na qualidade de assistente da procuradoria geral do município, para saber sobre os direitos do professor ofendido.

Com base na situação descrita e nas regras do Código Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Por ser incapaz, sob nenhuma hipótese, Claudinho poderá ser demandado para responder pelos prejuízos que causou.
- B) Na medida em que Claudinho se encontrava em sua companhia no momento em que fez a postagem, Cláudio poderá ser responsabilizado por seu filho menor.
- C) Na medida em que Luciana e Cláudio tem a guarda compartilhada de Claudinho, ambos poderão ser responsabilizados pelo filho menor.
- D) Cláudio só poderá ser responsabilizado pelos atos de Claudinho se for demonstrado que ele agiu com culpa, faltando com o dever de vigilância e cuidado em relação ao filho menor de idade.
- E) Caso seja obrigado a ressarcir o dano causado por Claudinho, Cláudio poderá reaver de seu filho o que houver pago.

36. Analise as assertivas abaixo sobre a Execução em Geral:

- I.** Nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, a fraude à execução verifica-se a partir da citação da parte cuja personalidade se pretende desconsiderar.
- II.** A alienação em fraude à execução é ineficaz em relação ao exequente. Contudo, tendo em vista a presunção de boa-fé, no caso de aquisição de bem não sujeito a registro, é ônus exclusivo do exequente provar que o terceiro adquirente não adotou as cautelas necessárias para a aquisição, mediante a exibição das certidões pertinentes, obtidas no domicílio do vendedor e no local onde se encontra o bem.
- III.** O fiador que pagar a dívida deverá executar o afiançado em autos apartados.
- IV.** O avalista, quando executado, tem o direito de exigir que primeiro sejam executados os bens do devedor situados na mesma comarca, livres e desembargados, indicando-os pormenorizadamente à penhora.

Considerando-se as regras do Código de Processo Civil em matéria de Execução, está **CORRETO** o que se afirma apenas em

- A) I, III e IV. B) II e III. C) II e IV. D) III e IV. E) I.

37. Analise a seguinte situação hipotética: José Luís, agricultor, mesmo ciente de que o terreno é da propriedade de outrem, ocupa terreno vazio e ali constrói sua moradia, bem como planta uma horta para seu sustento. Sem sofrer qualquer tipo de oposição, exerce posse pública, mansa e pacífica por 3 (três) anos, quando recebe notificação emitida por João, proprietário do terreno, exigindo a desocupação do terreno em 48 horas, sob pena de derrubada da habitação de José Luís e destruição da horta após este prazo.

Ante o exposto, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Na qualidade de possuidor de boa-fé, José Luís tem direito aos frutos e à indenização pelas benfeitorias realizadas ao tempo em exerceu posse sobre o bem.
- B) Em vista do justo receio de ser molestado em sua posse, José Luís deve ajuizar ação de interdito proibitório contra João para que o juiz o segure da turbação ou esbulho iminente.
- C) Por ser proprietário, João tem direito à retomada do bem com base no desforço imediato.
- D) Tendo em vista o princípio da congruência, ao juiz não é permitido conceder liminar de manutenção de posse, se o pedido foi de reintegração de posse, posto que não é permitido ao juízo conceder prestação diversa da pleiteada pelo autor da ação.
- E) Não é lícito ao autor cumular ao pedido possessório o de condenação em perdas e danos.

38. Considere a seguinte situação hipotética: Ana e Eduarda casaram-se em maio de 2009 na Cidade do Recife, onde fixaram a residência do casal. Ana atualmente é servidora do Município de Paulista, onde tem domicílio profissional. Após diversas desavenças, deixaram de viver juntos. Ana permaneceu residindo no antigo domicílio do casal em Recife, mas Eduardo mudou-se para o Município de Olinda.

Caso Ana resolva propor ação de divórcio em face de Eduardo, será competente o foro

- A) do Município de Olinda, por ser o foro do domicílio do réu.
- B) tanto do Município de Recife como do domicílio de Paulista, posto que Ana tem duplo domicílio e poderá optar por propor a ação em qualquer um deles.
- C) do Município de Paulista, em vista do fato de Ana passar a maior parte do tempo útil em suas atividades profissionais.
- D) do Município do Recife, por ser o último domicílio do casal.
- E) tanto do Município de Olinda como do Município do Recife.

39. Analise as assertivas abaixo sobre o recurso adesivo:

- I.** Cabe recurso adesivo quando há sucumbência recíproca, ou seja, autor e réu restaram vencidos.
- II.** Tendo em vista sua subordinação ao recurso principal, o recurso adesivo deve se limitar a discutir a matéria suscitada no recurso interposto pela parte contrária.
- III.** Para a interposição do recurso adesivo, o Código de Processo Civil exige a apresentação de contrarrazões ao recurso principal.
- IV.** O recurso adesivo não será conhecido se houver desistência do recurso principal ou se for ele considerado inadmissível.

Tendo em vista as regras do Código de Processo Civil em matéria recursal, está **CORRETO** o que se afirma apenas em

- A) I, III e IV. B) I e IV. C) II e III. D) I. E) III e IV.

40. Assinale a alternativa que corresponde à situação na qual ambos os cônjuges não serão necessariamente citados para a ação.

- A) Resultante de fato que diga respeito a ambos os cônjuges ou de ato praticado por eles.
- B) Fundada em dívida contraída por um dos cônjuges a bem da família.
- C) Que tenha por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóvel de um ou de ambos os cônjuges.
- D) Que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- E) Que verse sobre a participação do cônjuge do autor ou do réu em quaisquer ações possessórias.

41. Nos termos do Código Tributário Municipal de Olinda (Lei Complementar Municipal n. 03/1997), NÃO constitui hipótese de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- A) a moratória.
- B) a prescrição.
- C) o depósito de seu montante integral.
- D) as reclamações e os recursos, nos termos preceituados pelo Código Tributário Municipal em matéria de processo administrativo fiscal.
- E) a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

42. À luz do Código Tributário Municipal de Olinda (Lei Complementar Municipal n. 03/1997), analise as assertivas abaixo:

- I.** Havendo previsão contratual expressa, o locatário pode ser obrigado pelo pagamento do IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) referente ao imóvel locado. Tal cláusula que impõe ao inquilino a obrigação de pagar IPTU é oponível à Fazenda Pública municipal.
- II.** Contribuinte do IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) é o proprietário do imóvel, o titular do domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.
- III.** No caso de arrematação de imóvel em hasta pública, o arrematante é responsável pelos créditos tributários de IPTU relativos aos exercícios anteriores e posteriores àquele em que foi extraído o auto de arrematação.
- IV.** O Espólio é responsável pelo pagamento do IPTU relativo aos imóveis de propriedade do “de cujus”.

Segundo o Código Tributário Municipal de Olinda, está CORRETO o que se afirma em

- A) II e IV, apenas.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) I, II, III e IV.
- D) I, II e III, apenas.
- E) I e III, apenas.

43. À Luz das disposições do Código Tributário Nacional sobre os sujeitos da obrigação tributária, assinale a assertiva INCORRETA.

- A) A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até à data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.
- B) Os pais, nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem subsidiariamente nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, pelos tributos devidos por seus filhos menores.
- C) São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos; os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.
- D) São pessoalmente responsáveis o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação.
- E) Sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.

44. Conforme prescreve o Código Tributário Municipal de Olinda (Lei Complementar Municipal n. 03/1997), assinale a alternativa INCORRETA quanto à imunidade ao IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana):

- A) É imune ao IPTU o imóvel de propriedade das entidades sindicais de trabalhadores.
- B) São imunes ao IPTU os templos de qualquer culto.
- C) É imune ao IPTU o imóvel de propriedade de partidos políticos, inclusive suas fundações.
- D) São imunes ao IPTU os imóveis de propriedade das agremiações carnavalescas, desde que utilizados exclusivamente como sede da agremiação.
- E) É imune ao IPTU o imóvel de propriedade da União, Estado, Distrito Federal e Municípios.

45. Nos termos do Código Tributário Municipal de Olinda (Lei Complementar Municipal n. 03/1997), assinale a alternativa INCORRETA quanto ao fato gerador do Imposto sobre a Transmissão "Inter vivos" de Bens Imóveis e de direitos a eles relativos (ITBI).

- A) O ITBI tem como fato gerador a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade de bens imóveis, por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, em consequência de arrematação ou adjudicação.
- B) O ITBI tem como fato gerador o compromisso de compra e venda de bens imóveis, sem cláusula de arrependimento, inscrito no Registro de Imóveis.
- C) O ITBI tem como fato gerador o compromisso de cessão de direitos relativos a bens imóveis, sem cláusula de arrependimento e com imissão na posse, inscrito no Registro de Imóveis.
- D) O ITBI tem como fato gerador a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade de bens imóveis, por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, em consequência de permutação ou dação em pagamento.
- E) O ITBI tem como fato gerador a transmissão do bem ao alienante em virtude de exercício do direito à retrovenda.

46. Analise as assertivas abaixo:

- I. Via de regra, as comunicações administrativas devem ser formais; mas podem adotar um tom informal quando realizadas por meios eletrônicos (e-mail, por exemplo), exigindo-se a formalidade apenas em documentos impressos.
- II. Em razão de seu caráter público e de sua finalidade, os atos normativos e os expedientes oficiais requerem o uso do padrão culto do idioma.
- III. O uso de pronomes de tratamento em comunicações oficiais tradicionalmente adota a segunda pessoa do plural.
- IV. Como gênero textual, o e-mail pode ser considerado um documento oficial, assim como o ofício.

Segundo o Manual de Redação da Presidência da República, está correto o que se afirma em:

- A) I, II e III, apenas.
- B) I, II, III e IV.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) III e IV, apenas.

47. Considerando o Manual de Redação da Presidência da República, assinale a assertiva abaixo que apresenta corretamente a grafia de cargos compostos:

- A) relator-geral, tenente-brigadeiro do ar, sócio-gerente e primeira-dama.
- B) relator-geral, tenente brigadeiro-do-ar, sócio-gerente e primeira dama.
- C) relator geral, tenente-brigadeiro do ar, sócio gerente e primeira dama.
- D) relator geral, tenente brigadeiro do ar, sócio gerente e primeira dama.
- E) relator geral, tenente-brigadeiro-do-ar, sócio-gerente e primeira dama.

48. Conforme a Lei ordinária n. 6161/2021, do Município de Olinda, não constitui hipótese que autoriza o Procurador-Geral do Município a dispensar a propositura de ações e a interposição de recursos, assim como autorizar o reconhecimento da procedência do pedido e a desistência das medidas judiciais em curso:

- A) se ocorrer a decadência ou prescrição do crédito objeto do litígio.
- B) quando o litígio envolver valor irrisório, a ser fixado em Decreto.
- C) quando o litígio envolver valor irrisório, a ser fixado em Decreto.
- D) se o litígio envolver matéria em confronto com entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas no âmbito do Tribunal de Justiça de Pernambuco, ou do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, ou do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, e desfavorável à Fazenda Pública.
- E) se o litígio envolver matéria em confronto com súmula ou jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, e desfavorável à Fazenda Pública.

49. Nos termos da Lei ordinária n. 6161/2021, do Município de Olinda, assinale a assertiva incorreta em relação a compensação de créditos tributários:

- A) O pedido de compensação formulado pela parte contrária não suspende a exigibilidade do crédito inscrito em Dívida Ativa, a fluência dos juros de mora e dos demais acréscimos legais até o seu deferimento, e importa confissão irretratável da dívida.
- B) A compensação será precedida de parecer da Procuradoria da Fazenda Municipal, apontando sua adequação, as dívidas que serão extintas pela compensação, além dos créditos que, igualmente, restarão quitados.
- C) Fica autorizado o Secretário da Fazenda a compensar administrativamente créditos tributários e não-tributários inscritos em Dívida Ativa do Município com débitos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, da parte adversa contra o Município de Olinda.
- D) As compensações, realizadas através da via administrativa, poderão ser procedidas diretamente pelo Município ou a requerimento da parte contrária.
- E) podem ser objeto de compensação os valores constantes de RPV (Requisição de Pequeno Valor) ou de precatórios pendentes de pagamento com créditos inscritos na Dívida Ativa do Município. Admite-se a cessão ou a transferência dos créditos inscritos em precatório ou RPV para fins de compensação tributária.

50. Analise as assertivas abaixo sobre a transação em matéria tributária:

- I. Tendo em vista a indisponibilidade do interesse público, resta absolutamente vedada a transação em matéria tributária.
- II. O termo de transação, após assinado, independe de homologação judicial. As obrigações assumidas pelo Município na transação são exigíveis imediatamente a partir da assinatura do termo de transação.
- III. Quando a matéria objeto do litígio estiver presente em dois ou mais processos judiciais, poderá ser realizado procedimento de transação comum a todos, seguido de um único termo de transação.
- IV. É permitida a cessão de créditos ou direitos de terceiros visando à terminação de litígios judiciais ou extrajudiciais com o Município de Olinda, desde que o terceiro intervenha formalmente como anuente ao termo de transação, assumindo, desde então, os riscos inerentes à demanda judicial que se habilite.

Conforme a Lei ordinária n. 6161/2021, do Município de Olinda, está correto que se afirma em:

- A) II e III, apenas.
- B) III e IV, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I, II, III e IV.
- E) I, II e III, apenas.

51. No Microsoft Word, uma tabela é uma estrutura que organiza informações em linhas e colunas, permitindo que você apresente dados de maneira clara e estruturada. As tabelas são usadas para exibir informações comparativas, organizar texto e números em formatos tabulares ou, até mesmo, para criar layouts personalizados dentro de um documento. Se você quiser criar uma tabela em um documento Word, qual aba deve ser acessada?

- A) Inserir
- B) Exibir
- C) Criar
- D) Objetos Microsoft Office
- E) Revisão

52. Ataques cibernéticos são o termo geral para caracterizar tentativas, bem sucedidas ou não, de roubar, expor, alterar, desabilitar ou destruir ativos de terceiros por meio de acesso não autorizado a sistemas de computador. Qual alternativa a seguir melhor descreve o ataque de "phishing"?

- A) Um tipo de ataque que tenta enganar usuários para obter informações confidenciais.
- B) Um tipo de ataque que explora sistemas usados para criar senhas seguras.
- C) Um método de engenharia social que promete melhorar a conexão com a internet.
- D) Um método de ataque que desabilita a firewall usada para proteger a rede.
- E) O envio de arquivo malicioso por e-mail sem que o usuário tenha conhecimento.

53. Um computador pode ser composto de diversos componentes, alguns dos quais essenciais e outros acessórios. Neste contexto, a placa-mãe em um computador é responsável por

- A) gerenciar apenas a comunicação entre o processador e a memória RAM.
- B) apenas fornecer energia para todos os componentes do computador.
- C) controlar o sistema operacional.
- D) conectar e permitir a comunicação entre os principais componentes do computador.
- E) apenas gerenciar e armazenar dados temporários.

54. Para qual finalidade abaixo, pode ser usada a função PROCV no Excel?

- A) Somar valores em várias células.
- B) Verificar se uma célula está vazia.
- C) Encontrar itens em uma tabela ou um intervalo por linha.
- D) Contar o número de células não vazias.
- E) Filtrar dados em uma tabela.

55. Redes Wi-Fi públicas são cada vez mais comuns, seja em espaços públicos, seja em estabelecimentos comerciais, de ensino, etc.

Assinale a alternativa que indica uma boa prática, ao usar tais redes no intuito de proteger suas informações pessoais.

- A) Fazer downloads de arquivos grandes para testar a velocidade.
- B) Acessar apenas e-mails pessoais.
- C) Aceitar solicitações de acesso remoto ao sistema pelo proprietário da rede.
- D) Utilizar uma VPN para proteger a comunicação de dados.
- E) Usar sempre senhas fáceis de lembrar, mas que não sejam compartilhadas com outros usuários.

56. Qual função abaixo é mais adequada para calcular a média aritmética de um intervalo de células no Excel?

- A) = SOMA()
- B) = MÉDIA()
- C) = ARITMÉTICA()
- D) = MÉDIA.ARITMÉTICA()
- E) = MÉDIA_ARITMÉTICA()

57. Navegadores de internet (ou browsers) são softwares, que permitem acessar e visualizar páginas e outros conteúdos na web. Muitos navegadores exibem pedido de permissões para armazenar cookies conforme as especificidades de páginas específicas.

Qual alternativa a seguir melhor descreve o que é um cookie de navegador?

- A) Um arquivo de segurança que protege contra hackers.
- B) Um arquivo temporário que armazena informações sobre as visitas a websites.
- C) Um arquivo permanente que previne o acesso de robôs (bots) em páginas, garantindo que a tentativa de acesso foi feita por um usuário válido.
- D) Um arquivo temporário que garante o acesso de usuários apenas em alguma localidade (por exemplo país) específica.
- E) Um arquivo permanente ou temporário que prepara o sistema operacional para acelerar downloads.

58. Qual das alternativas abaixo melhor descreve a função de um navegador de internet?

- A) Proteger o computador contra vírus.
- B) Editar documentos online.
- C) Acessar e visualizar páginas da web.
- D) Armazenar senhas de forma segura.
- E) Bloquear pop-ups e anúncios.

59. Para verificar a ortografia e a gramática de um documento no Word, você deve clicar em

- A) Inserir -> Revisão de Texto
- B) Exibir -> Ortografia e Gramática
- C) Revisão -> Ortografia e Gramática
- D) Layout -> Verificar Erros de Ortografia e Gramática
- E) Arquivo -> Revisar Texto -> Revisão Gramatical

60. Qual das opções a seguir permite alterar o espaçamento entre as linhas de um parágrafo?

- A) Inserir -> Tabelas
- B) Layout -> Tamanho da Página
- C) Página Inicial (Início) -> Fonte
- D) Página Inicial (Início) -> Estilos
- E) Página Inicial (Início) -> Parágrafo

CADERNO 06
ASSISTENTE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO